

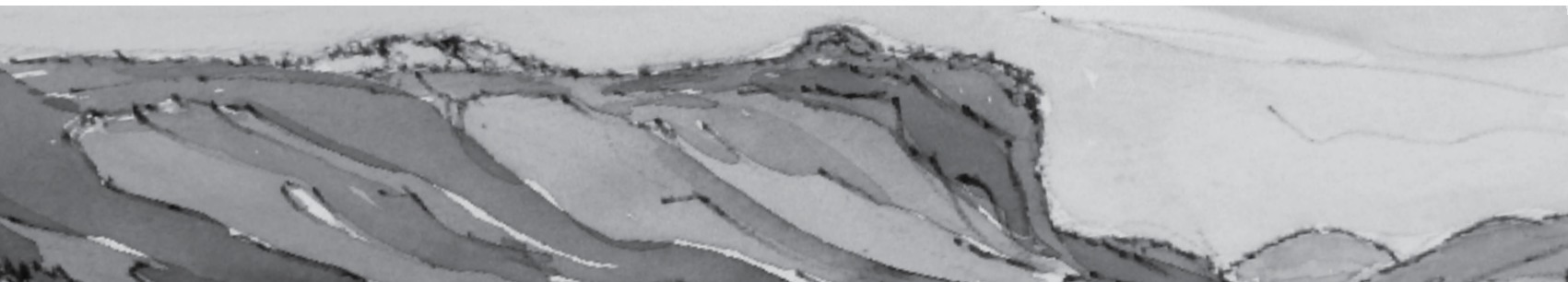
OS SUCESSOS URBANOS DA COLONIZAÇÃO AGRÁRIA EM GOIÁS

Antón Corbacho Quintela

A construção de Brasília foi a meta-síntese – a 31ª – e, portanto, a mais nítida representação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Essa empreitada e a consequente mudança da capital da União constituíram a inflexão que desembocou nas grandes transformações realizadas em chão goiano no séc. XX.

Por um lado, com Brasília, os sertões do Planalto Central converteram-se, nominalmente, em região de Cerrado; por outro, o ermo incomunicado passou a ser um epicentro de vias de comunicação que integravam o território nacional e, além disso, o que, no campo do imaginário nacional, era só o espaço em que senhoreavam os caipiras acabou sendo dominado pelo escol da política nacional e do corpo diplomático estrangeiro, por uma elite funcionalista federal e pela *intelligentsia*, logo da ação, é claro, dos candangos que receberam a reencarnação contemporânea do bandeirismo.

Simbolicamente, o presidente que almejava uma nova capital que significasse a projeção das marcas da modernidade litorânea no Centro-Oeste chega, do Rio, pela primeira vez – outubro de 1956 –, ao sítio escolhido para os fins, de avião, sem fazer escala em Goiânia e havendo traçado no ar, junto a Oscar Niemeyer, o local do núcleo pioneiro. Factualmente, a criação de Brasília aconteceu sem alterar em nada a estrutura agrária em Goiás; isto é, o maior projeto urbanístico e arquitetônico, e presumivelmente, civilizacional, efetivado no Brasil na década



de 1950 teve lugar em um Estado de economia fundamentalmente agropecuária sem, de forma deliberada, ter visado afetar as relações no campo. Cumpre levar em consideração, nesse sentido, que a questão agropecuária não fora contemplada diretamente nos cinco setores – energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação – em que incidiam as metas fixadas por JK. Nelas incluíram-se a modernização e o crescimento da produção agropecuária mediante a melhora da capacidade de armazenagem em silos e em frigoríficos, a modernização dos matadouros industriais, a mecanização da agricultura e o maior uso de fertilizantes, mas não se cogitou que essas medidas devessem levar emparelhada a reforma agrária.

Observa-se, pois, que a valorização do Planalto Central durante o mandato de JK implementou-se através de duas ações, de caráter diverso. Os incentivos oferecidos pelo poder público federal para a industrialização e para a exploração da capacidade agropecuária, sem alterar o regime da propriedade e as relações de trabalho – a primeira delas – planejaram-se visando todo o Estado brasileiro, sendo estes, portanto, uma ação indireta sobre Goiás. A segunda delas foi, porém, uma ação direta. Consistiu, em primeiro lugar, na construção de rodovias que enlaçassem o futuro DF com o país, as quais permitiram que Goiás, por sua vez, minorasse suas deficiências na comunicação terrestre interestadual, e consistiu,

em segundo lugar, na ampliação da colonização sobre o que era o seu espaço natural. Eis, nesse paradigma de colonização, o vínculo entre Goiânia e Brasília e, *a priori*, o contraste com as motivações que geraram Ceres.

Respectivamente, nem nos relatórios em que Pedro Ludovico arguiu a imperiosidade da construção de uma nova capital para Goiás, nem nas mensagens de JK sobre a transferência da capital federal para o Quadrilátero Cruls, constam os efeitos que Goiânia e Brasília poderiam ter na questão agrária do Mato Grosso de Goiás ou no Planalto Goiano. O interventor e governador de Goiás procurava uma cidade mais higiênica e condigna e, logo, mais adequada para auspiciar a liberação do progresso litorâneo represado pela cidade de Goiás. Sobretudo, desejava se distanciar da *vis viva* vilaboense pouco simpática ou declaradamente desconfiada em relação à sua administração. Essa oposição, em palavras de Venerando de Freitas, o primeiro prefeito de Goiânia, gerava preconceitos que cumpria sufocar por meio da nova capital, a qual transformaria o “ambiente”, impondo-se “uma mentalidade nova, sadia e idealista, trabalhadora e arrojada”.

Todavia, na nova mentalidade inerente à nova capital de Goiás não figurava a premissa da expansão da fronteira humana e agrícola em direção ao Oeste. De fato, na exposição feita a Pedro Ludovico por Armando Augusto de Godói – o engenheiro civil contratado a fim de estudar o local preferido para a nova capital – não constou a problemática da questão agrária em Goiás entre as razões do atraso do Estado que foram detectadas. O “pouco ponderável progresso” goiano atribui-o Godói ao fato de “ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida

econômica e social de um povo”. Nesse sentido, a incorporação de Goiânia ao projeto da Marcha para o Oeste foi, da perspectiva cronológica, uma consequência casual e indireta. Quando, aos 31 de dezembro de 1937, Getúlio Vargas enuncia, na transmissão radiofônica da sua mensagem de fim de ano à nação, que “o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste”, a transferência da capital do Estado para Goiânia havia nove meses que fora decretada. Unicamente no discurso pronunciado por Vargas em Goiânia, no Palácio do Governo, aos 5 de agosto de 1940, explicita-se, embora vagamente, que o governo nacional pretendia auxiliar Goiás no desenvolvimento das suas potencialidades econômicas por meio da melhora das comunicações ferroviárias, fluviais e aéreas, o que facilitaria o escoamento da produção de um Estado que haveria de se transformar em celeiro do país e em ponto de irradiação da onda civilizadora nacional em direção ao Oeste e ao Nordeste.

Obviamente, no início da década de 1940, deve ter sido difícil para os residentes em Goiás traduzir que posição deviam eles ocupar na Marcha para o Oeste porque, precisamente, um dos alvos da construção de Goiânia era a facilitação do elo do Estado com o Sudeste do Brasil. Dentro de um suposto “espírito de goianidade”, correlativo à brasilidade destacada por Vargas, essa tradução poderia ter sido a conexão das mais ricas microrregiões meridionais— Rio Vermelho, Mato Grosso de Goiás, Planalto Goiano, Serra do Caiapó, Meia Ponte e Sudeste Goiano — com o Norte do Estado, mas isso não aconteceu, deixando-se de remediar a fratura com o Norte, que acabaria justificando a perda do Tocantins. Assim, no discurso que o professor Venerando de Freitas pronuncia perante Vargas, quando este desembarcou pela primeira vez em Goiânia, o professor, na qualidade de chefe do

Poder Executivo goianiense, tenta explicar como assimilaram os goianienses a mensagem de que a brasilidade se atingia povoando e colonizando o Oeste, território em que eles já residiam e que procuravam modernizar não se adentrando mais nele, mas interconectando-o com o Sudeste. Freitas, negando qualquer ressentimento em relação à asseveração de que a melhor ação pioneira para os brasileiros litorâneos consiste na ocupação da terra que teriam que haver desbravado os goianos, comenta: “Não que nos julgássemos ao abandono. Não! É que as nossas necessidades estavam, como estão ainda, muito além de nossos ideais, de nossa capacidade de trabalho, de nosso desejo de crescer”.

Por sua vez, JK, levando a capital federal para o Brasil central, queria materializar a interiorização do país, povoando o planalto e incorporando-o à economia nacional. Em ambos os casos, cogitava-se que o progresso da modernidade seria alcançado nos correspondentes interiores por meio das soluções decididas nos gabinetes de novas cidades planejadas. O povoamento e a colonização do espaço rural irradiar-se-iam a partir do espaço urbano, com o qual era preciso que, antes de se proceder à reestruturação do sertão, se erguessem urbes estritamente planejadas que constituíssem, por si, os paradigmas da ordem e do bem-estar também atingíveis no campo quando se executassem os programas para ele elaborados com a mesma mentalidade moderna que viabilizara as capitais do deserto.

É óbvio que, enquanto não se ditassem, das cidades, os modernos planos de colonização agrícola e de povoamento do interior ou, se for o caso, de reforma agrária, a povoação rural deslocar-se-ia às cidades na procura de melhores condições de emprego e de moradia e para usufruir a atenção sanitária e a oferta de ensino. Nesse

sentido, e em um primeiro momento, muitos camponeses acudiram aos lugares onde se estavam erigindo as novas capitais das quais se civilizaria o interior onde moravam para se empregarem na construção como mão-de-obra não qualificada. Em um segundo momento, alguns deles, com as suas famílias, diversificaram as suas ocupações dedicando-se, outrossim, ao comércio ou empregando-se nos serviços, dificultando-se, com isso, a sua reintegração ao campo por quaisquer soluções de política agrária.

A Cang

O rol secundário acima mencionado de Goiânia na Marcha para o Oeste patenteia-se ao observar como essa cidade interveio no estabelecimento da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang). Não há entre as leis federais das décadas de 1930 e 1940 nenhuma cujo assunto específico seja essa marcha. Em si, quando se proclama o Estado Novo, a Marcha para o Oeste não era um projeto ou um plano elaborado, senão um anseio manifestado na retórica dos discursos de Vargas que haveria de se positivar mediante decretos. Foi o Decreto-Lei nº 6.882, assinado por Vargas no Rio de Janeiro aos 19 de fevereiro de 1941, um semestre após ter visitado Goiânia, a primeira demonstração de como, através da formação de colônias agrícolas nacionais, se podia materializar a Marcha para o Oeste sob a administração do Ministério da Agricultura através da Divisão de Terras e Colonização. Com ele ficava criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no município de Goiás, em terras doadas à União pelo governo estadual pelo Decreto-Lei estadual nº 3.704, de 4 de novembro de 1940, “compreendidas dentro dos seguintes limites: Rio das Almas, São Patrício, Carretão, divisor de águas dos Rios Areias e Ponte Alta, Rio Verde até a confluência com o Rio das Almas”. A Cang foi a primeira das oito colônias agrícolas criadas por Decreto-Lei durante o Estado Novo. Sobre ela, a incidência de Goiânia foi mínima, a não ser pelo fato de o decreto de doação à União das terras devolutas goianas haver sido rubricado pelo interventor em Goiânia, como nova capital.

A nova capital de Goiás foi, com efeito, um concorrente no Mato Grosso goiano da Cang. Elas representaram dois modelos diferentes de povoamento. Goiânia era um empreendimento estadual, graças ao crédito federal, que demandava mão-de-obra para a construção e visava o assentamento, na sua área urbana, de funcionários, comerciantes e profissionais liberais. A Cang, por sua vez, estava

sob a administração direta do governo federal em terras devolutas que cedera o Estado goiano, queria atrair braços para uma lavoura moderna consistente na substituição da rotação de terras pela rotação de culturas e combinava o assentamento, nas áreas rurais, das famílias de camponeses colonos com, na sede da colônia, o de funcionários federais, profissionais das áreas do ensino e da saúde, e comerciantes. Contudo, no início da década de 1940, tanto a nova capital quanto a Colônia Agrícola Nacional compartilhavam os traços de serem interpresas submetidas ao rigoroso planejamento e de estarem sob a administração de sujeitos qualificados como exemplos do novo pioneirismo e da moderna brasilidade, isto é, Pedro Ludovico e Bernardo Sayão.

Na Cang, o agrônomo carioca Bernardo Sayão, onde fora alocado como seu primeiro administrador, alicerçou sua imagem de desbravador moderno e heróico que serviria de exemplo dos modos com que agia o novo bandeirismo no Planalto Central a meados do séc. XX. A circunstância da sua morte, esmagado por uma árvore aos 15 de janeiro de 1959, em Açailândia (MA), durante a construção da Belém–Brasília, consolidou Sayão na categoria de herói lendário com uma epopeia forjada pela constância no trabalho, pela empatia com os trabalhadores e pelo pragmatismo na execução das tarefas assumidas. A bibliografia produzida sobre Sayão, ao comentar sua atuação entre os anos 1941 e 1950, quando foi decretada sua exoneração após haver sido instaurado inquérito administrativo, contribuiu para a divulgação da gênese da Cang e, logo, de Ceres. Trata-se das obras *Bernardo Sayão: bandeirante moderno* (Presidência da República, 1959), *Meu pai, Bernardo Sayão* (Léa Sayão, 1964) e *Sayão: Adeus ao Oeste [a epopéia do homem que desbravou o Oeste brasileiro]* (Paulo Dantas, 1977).

A Cang foi o primeiro projeto de ocupação rural e colonização em chão goiano que compatibilizou a exploração agrária em lotes distribuídos a famílias de camponeses pobres com o planejamento de um polo urbano – Ceres –, mas que também provocou, diretamente, o surgimento espontâneo e desorganizado de um povoado

– Barranca – que, no entanto, prosperaria economicamente e acabaria sendo elevado à categoria de município com o nome de Rialma. A singularidade da Cang/Ceres por ter sido a primeira colônia agrícola instalada no Brasil e a única em Goiás tem gerado uma considerável produção científica. Dos trabalhos acadêmicos, um dos mais abrangentes, e o mais recente (2002), é a dissertação, no Mestrado em Sociologia da UFG, de Sandro Dutra e Silva (autor que também assina artigo nesta edição), com o título *No Oeste, a terra e o céu: A construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás* em que se analisam as representações sociais consolidadas durante o processo da construção da Cang; na memorialística destaca-se a obra de uma das pioneiras da Cang, Nair Leal de Andrade (1990), com o título *História e histórias da Cang (meu rincão por adoção)*.

O projeto urbanístico da sede da colônia fora realizado no Rio de Janeiro. Nele traçara-se uma praça central da qual partiam setores em que se desenharam ruas largas. Os setores adaptavam-se à orografia e repartiam-se entre uma parte alta, em que estavam as melhores residências e os serviços principais – as repartições da administração da colônia, hospitais e farmácias, ginásios, igrejas, o comércio seleta e as agências bancárias, a cadeia – e a parte baixa, próxima ao rio, onde estavam as moradias mais modestas, as oficinas e a indústria, um só hospital e a rodoviária. Já em 1958, na *Enciclopédia dos municípios brasileiros* – vol. XXXVI, do IBGE, assinalava-se que o “aspecto interessante” do município era “a sua divisão em pequenos lotes mais ou menos de seis alqueires cada um, podendo se considerar caso virgem em todo o Estado”. Esse “aspecto” era considerado o motivo turístico que poderia atrair mais visitantes à “Colônia”.

A singularidade da Cang no Estado de Goiás baseia-se no seu sucesso como projeto de povoamento de iniciativa pública. Antes da Cang, houvera a experiência da colônia de povoamento de Itapirapuã e Uvá com imigrantes alemães, promovida pelo governo estadual em 1924 e falida por, sobretudo, haver escolhido terras no município de Goiás de solo inadequado para a agricultura, isoladas de qualquer centro consumidor – não estavam ligadas por estrada com a cidade de Goiás –, sujeitas a enchentes e à malária. Além disso, aos colonos não fora oferecida nem assistência educacional nem sanitária pelo qual, a finais da década de 1940, só permaneciam na colônia umas 40 pessoas das 150 iniciais, havendo a maior parte ou abandonado o Estado ou se assentado na cidade de Goiás, na qual puderam obter melhores empregos e contar com a assistência social. Na Cang, no entanto, realizou-se simultaneamente a concessão gratuita dos primeiros lotes, de entre 20 e 50 ha, às famílias de camponeses pobres com a ligação da colônia, por rodovia federal concluída em março de 1944, com um grande centro urbano – Anápolis –, aonde em 1935 chegara a Estrada de Ferro de Goyaz, prevendo-se, assim, a necessidade de garantir o abastecimento e de assegurar o escoamento da produção agrícola. No processo de colonização gerado a partir da Cang, contudo, não só intervieram os agricultores senão também um quadro especializado funcional e liberal que se fixara na sede da colônia – Ceres –, o que contribuiu para a eficaz gerência do território da Colônia Agrícola quando ela, já convertida em distrito da cidade de Goiás em 1943, foi elevada à categoria de município, aos 4 de setembro de 1953, pela Lei nº 467.

A emancipação da colônia transcorrida após uma década da sua criação não alterou a orientação econômica da Cang/Ceres. Suas principais atividades continuaram sendo a agropecuária e as indústrias dela derivadas. Porém, ela impediu que Ceres se consolidasse como um grande celeiro de Goiás ao serem cortados os investimentos diretos do Ministério de Agricultura que teriam sido fundamentais para a construção de uma escola técnica encarregada da instrução agrícola dos filhos dos colonos, com o qual se teria assegurado a modernização das explorações agropecuárias. Ceres, deixando de ser colônia, tornou-se o principal centro urbano para a prestação de serviços, especialmente na educação e na saúde, à região do vale do Rio São Patrício, passando a se enquadrar como urbana, na década de 1990, 70% da sua população, embora isso em parte se devesse à emancipação de alguns distritos predominantemente rurais de Ceres.

Os Combinados

O sucesso do modelo misto (urbano – sede da colônia/rural – colônia em si) pôde haver sido emulado pelos Combinados Agro-Urbanos do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago), a autarquia criada por Mauro Borges (Lei Estadual nº 4.039 de 6.7.62), durante seu mandato como governador (31.I.1961–26.II.1964), com o intuito de impulsionar atividades ligadas aos problemas do desenvolvimento agrário do Estado. Todavia, a posterior intervenção federal no Estado não só ignorou a implantação e construção desses Combinados, prevista no *Plano de desenvolvimento econômico de Goiás (1961-1965)* do governo de Mauro Borges, como também levou à decadência o único Combinado estabelecido, o de Arraias, no então Nordeste goiano, atual Estado do Tocantins. No município de Arraias delimitara-se uma área de 6.500 alqueires destinados a 800 famílias, em terras cobertas de matas sobre uma topografia plana e ondulada. Previa-se satisfazer as despesas do projeto só com a verba estadual. Foram contemplados, nesse Combinado, quatro núcleos coloniais cooperativistas idênticos e uma área urbana. Cada um desses quatro núcleos coloniais estaria dividido em 200 lotes familiares de 30 hectares e em cada um deles haveria uma pequena vila – as quatro denominadas “Rurópolis” – com 200 casas em áreas de 1.000 m², um terreno que permitiria a plantação de um pomar e uma horta, a construção de um galinheiro, etc. Junto aos lotes familiares destinados à agricultura delimitar-se-ia um grande lote de, aproximadamente, 2.000 ha destinado à criação de gado leiteiro, de corte e à suinocultura. Nas Rurópolis construir-se-iam uma escola primária, um posto de saúde, armazéns e silos, um templo religioso, um centro social e uma quadra de esportes, e estaria também a sede de uma

patrulha agrícola mecanizada e o prédio da cooperativa. Por um lado, na cooperativa os colonos fariam as suas compras, também abastecendo-se nela de leite, manteiga, queijos e carnes produzidos no Combinado, e na cooperativa venderiam seus produtos. Por outro, da cooperativa organizar-se-ia a criação de gado e a suinocultura. Pretendia-se que fosse a cooperativa o órgão encarregado da compra dos veículos necessários para a melhora na exploração dos empreendimentos agropecuários. Além disso, ela teria preferência na aquisição dos lotes e da residência quando um colono proprietário recebesse autorização por parte do Estado de Goiás para a sua venda.

Decidira-se diferenciar o lote da lavoura da área da residência com vistas a que o colono e a sua família pudessem viver em comunidade, embora a máxima distância contemplada entre o lote agrícola e a área residencial fosse de 4 km. A concentração gregária dos colonos cooperativistas era, pois, o sentido das vilas Rurópolis; além do mais, só mediante a concentração das residências dos colonos em uma vila se lhes poderia oferecer os serviços básicos (água encanada, luz elétrica, educação, assistência sanitária).

Os quatro núcleos coloniais do Combinado estariam vinculados a uma cidade planejada que os complementaria e fusionaria sócio-economicamente. A cidade seria planejada para acolher, do início, uma população de 5 mil habitantes, embora se calculasse que, no seu máximo desenvolvimento, poderia chegar a alcançar os 30 mil habitantes. Nela desenvolver-se-ia a infraestrutura necessária para a industrialização da produção agropecuária dos núcleos coloniais e oferecer-se-ia educação até o nível médio, hospitalização, cinema e um comércio mais amplo que o das Rurópolis. Essa cidade, portanto,

seria um espaço para a interação das infraestruturas dos núcleos coloniais e o âmbito para a convivência de todos os colonos, com o qual justificar-se-ia o rótulo de “Combinado Agro-Urbano”. No *Plano de desenvolvimento econômico de Goiás* estipulava-se que a missão fundamental da criação de Combinados era a de dar impulso a uma paulatina substituição de uma “estrutura agrária arcaica, injusta, antieconômica” por outra “equânime, moderna e próspera”.

Em 1985, senador por Goiás (mandatos 1983–1991), Mauro Borges, na obra *A conquista do Cerrado: Uma proposição para duplicar a produção de grãos*, voltou a apresentar os Combinados Agro-Urbanos como modelo estrutural para a ocupação moderna do Cerrado sob o regime corporativo, sem exclusão da livre iniciativa. Contudo, essa nova apreciação das agrovilas não foi acompanhada por qualquer aplicação no Estado de Goiás.

Acreditamos que Mauro Borges nunca tenha enunciado, parafraseando Vargas, que o verdadeiro sentido da goianidade era a marcha para o Tocantins rumo ao extremo norte goiano; no entanto, os projetos previstos no seu plano de gestão mostram que um dos objetivos principais do seu mandato como governador era o povoamento e colonização das microrregiões setentrionais goianas. Através do Idago procurou-se estimular, assegurando a melhor utilização econômica e social das terras, a implantação de núcleos coloniais e de pequenas comunidades agrícolas a partir dos excedentes populacionais, para o qual, além de iniciar a implantação do Combinado Agro-Urbano no município de Arraias, se dispusera ao desenvolvimento do Núcleo Colonial de Tocantinópolis, sob a responsabilidade da Cooperativa dos Babaçueiros do Norte Goiano em uma área de cerca de 25.000 ha, onde se localizariam, 240 famílias, e do Núcleo Colonial

Bernardo Sayão, em uma área de 96.800 ha, no município de Araguacema, em convênio com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), onde chegaram a ser assentadas cerca de 100 famílias.

No Combinado de Arraias refletiam-se os ensinamentos da Cang, isto é, que não era só preciso conduzir os camponeses subempregados ou desocupados à propriedade da terra através da distribuição de lotes, com a consequente facilitação do crédito rural para a obtenção dos insumos, mas também que cumpria o planejamento de núcleos urbanos adequadamente comunicados com o território estadual que, além de viabilizarem a socialização dos colonos, permitissem o acesso destes aos serviços básicos e fossem a base para a distribuição, por meio de cooperativas, da produção agropecuária e, logo também, para a sua industrialização. A criação de Combinados Agro-Urbanos concebidos pelo governo de Mauro Borges não foi de interesse para as administrações seguintes; inclusive, o nascente Combinado de Arraias foi tratado com descaso, desvirtuando-se, paulatinamente, o seu projeto até a sua inexequibilidade, motivo de uma constante desavença entre Iris Rezende e Mauro Borges que se iniciou quando, dezoito anos depois da intervenção federal em Goiás, Mauro, senador por Goiás, imputou a Iris, então governador, a descaracterização definitiva do Combinado, por ter determinado a titulação das glebas aos beneficiários originais, quando a maioria destes já vendera os seus direitos a fazendeiros da região. Por sua vez, Iris arguiu que, após a administração dos dois interventores e dos três governadores que precederam sua primeira gestão como governador, nada pôde ele fazer para recuperar o projeto do Combinado de Arraias.

Getúlio Vargas enunciara-a e a Marcha para o Oeste aconteceu; Goiás progrediu, deixou de ser sertão e integrou-se plenamente no território nacional, e o Brasil, supostamente, formulou uma nova via exitosa de pioneirismo e brasilidade através da Cang. A marcha goiana para o norte através dos Combinados Agro-Urbanos, no entanto, foi impedida e não houve goianidade que freasse a divisão do Estado e a emancipação do Tocantins. De todas as formas, assim como a dissolução da Cang derivou na formação do município de Ceres, o desprezo em relação ao projeto dos Combinados não logrou impedir o parcial arraigamento do núcleo urbano do Combinado de Arraias e hoje existe como município do Tocantins com o topônimo “Combinado”. Deste modo o assinalou Mauro Borges: “a planta era tão forte que cresceu assim mesmo”. ♡